

Bracher já ironiza a reação do PMDB

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

NOVA YORK — O homem que durante 21 dias enfrentou bravamente os 14 banqueiros internacionais que representam mais de 600 credores brasileiros, Fernão Bracher, começa hoje a enfrentar no Brasil as críticas a um acordo concluído com uma taxa de juros mais alta do que se imaginava, que abre o caminho para uma volta suave ao FMI, que perdeu a garantia de uma caução e que mantém uma moratória que os americanos passam a considerar apenas retórica.

Mas ele está exausto e satisfeito com o trabalho feito, que se não é o ideal, foi o possível, e vai começar a preparar-se para o inverno em Nova York, tempo em que virá de novo para negociar um acordo de longo prazo. A véspera de seu embarque para o Brasil, ontem, ele já antecipava, numa conversa com repórteres brasileiros, qual será a reação do PMDB.

Fernão Bracher ironizava que os políticos do PMDB farão um deslize: "Como este é um acordo muito bom, eles vão achar que é um acordo bom." O Brasil sai fortalecido dessas negociações, e não ao contrário, como explicou: "A comunidade financeira internacional já sabe que o nosso objetivo é o de termos condições sustentáveis de permanecer dentro da normalidade financeira".

Ele defendeu as relações do Brasil com o FMI em vários momentos de sua conversa com os repórteres: "O Brasil irá ao FMI... O Brasil tem o seu programa econômico que ele mesmo elaborou, foi discutido no Brasil e aprovado no Brasil. O Brasil é membro do Fundo, pagou há muitos anos uma cota

ao Fundo. Portanto, nós contribuímos para a sua existência. Somos sócios dele. Vamos aproveitar a nossa condição de menores. Não se deve fazer com que o Fundo, que é uma fonte de recursos dos quais dispomos, coloque em perigo a estabilidade do País. Temos exemplos de nações vizinhas que arriscam todo o desembolso de bancos e de outros organismos por causa de uma dificuldade com o Fundo".

Para Bracher, "o FMI é uma fonte de recursos interessante para o Brasil (...). Se houver um problema com o FMI é razoável que os dinheiros vindos dele sejam afetados. Mas não seria razoável que o dinheiro de outras fontes seja afetado. É aquilo que o ministro Bresser Pereira tem afirmado reiteradamente: não haverá vinculação entre programas que eventualmente venhamos a fazer com o Fundo, e os programas que venhamos a desenvolver com os bancos e outras entidades".

Os repórteres insistiam: o Brasil assumiu algum compromisso, nas negociações, com um prazo para ir ao Fundo? E Bracher respondia: "O Brasil não assumiu nenhum compromisso quanto a um prazo. Repito: a ida ao Fundo é um direito nosso, nós não abrimos mão desse direito de poder ir ao Fundo sempre e quando assim o quisermos".

Fernão Bracher também lembrou que "num momento, o FMI é odiado, e noutro, um santo. Mas ele não é nem diabo nem santo. É uma instituição da qual participamos, da qual temos que tirar proveito".

O diretor da área da dívida externa do Banco Central, Antonio Pádua Seixas, sentou-se ao lado de Fernão Bracher, durante a entrevista. Houve um momento cômico



Julio Fernandes

Bracher: "A ida ao FMI é um direito nosso"

quando alguém quis saber se a ameaça que representava a reclassificação da dívida brasileira já estava superada. Pela lógica, com a conclusão de um acordo, sim, todos ali na sala concordaram, pois não houve um anúncio oficial, por parte do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, de que a Comissão Interagências, que se reuniu na semana passada para tomar uma decisão, já tivesse retirado a sua recomendação de rebaixar o Brasil como mau pagador. No espaço de um pequeno silêncio, um repórter brincou: e se eles agora decidem tomar uma decisão, mesmo depois do acordo duramente alcançado? Ai, todos riram.

Seixas explicou qual foi a razão para a saída do Banco de Compensações Internacionais da Basileia, na Suíça, do acordo, quando até há dois dias era ainda para lá que o Brasil e seus credores depositariam o total de US\$ 4,5 bilhões. O problema foi de custos, principalmente. O Banco de Compensações paga um juro muito baixo, e os banqueiros queriam que o Brasil o completasse até o nível normal. "Foi o custo, para falar curto e grosso." Com isso, porém, o Brasil perdeu o controle do dinheiro, pois os bancos pagarão a si próprios os juros devidos pelo Brasil com uma ordem de pagamento, e o Brasil paga a sua parte do acordo em dinheiro, aos bancos credores.

Foi Seixas quem também antecipou que as linhas de curto prazo que financiam o comércio exterior brasileiro e as operações interbancárias, no valor de US\$ 15,2 bilhões, "serão mantidas, e nós esperamos que voltem a ser praticadas em prazos mais normais de mercado", quando, até antes do acordo, estavam sendo repostas em dinheiro,

pelos bancos brasileiros em Nova York, sempre que venciam, mesmo que devessem continuar emprestadas em seguida.

Qual a parte mais frágil do acordo, Bracher?

"A parte frágil dele é a de ser o primeiro passo. Mas nós criamos, acho, as melhores condições possíveis para uma boa negociação."

Bracher também explicou que o prêmio que o Brasil está pagando é para os bancos que adertrem ao pacote em duas semanas. Mas não quis comentar se o spread de 7/8 é alto ou não, sendo maior, por exemplo, do que o que foi conseguido pelo México.

Para Bracher, enfim, o pagamento dos US\$ 500 milhões não significará o final da moratória.

"Temos procurado sempre fazer todo o possível para sair dela (a moratória). Este acordo não significa o fim da moratória porque não dá ainda as condições de sustentabilidade que são necessárias. Assim, a moratória continua. Continuamos lutando para sair dela. Continuamos obtendo apoio da comunidade financeira internacional para dela sair".

"Mas o desembolso dos US\$ 500 milhões não rompem a moratória?" — perguntou-lhe um repórter.

"Não. Significa que nos estamos fazendo pagamento de juros, e pagaremos tantos juros quanto pudermos, auxiliados por eles."

Para um banqueiro norte-americano, o acordo obtido em Nova York pode ser considerado "exceção" para o Brasil. Os banqueiros que participaram das negociações, procurados ontem, não retornavam os telefonemas, e algumas secretarias os justificavam: "É o cansaço... Estes últimos dias foram uma maratona".